

NOVO ACT ATACA DIREITOS DOS TRABALHADORES BANCÁRIOS

Acordo de traição na contratação coletiva

- Os salários dos bancários vêm sendo reduzidos desde 2010, através de múltiplos artifícios;
- O aumento brutal de impostos do anterior governo PSD/CDS;
- O aumento ilegal da carga horária sem qualquer pagamento extra;
- O desrespeito das mais variadas cláusulas de expressão pecuniária das convenções coletivas de trabalho;
- A aplicação cega do Código do Trabalho depois da revisão, para pior, de 2009 aprovada pelo PS PSD e CDS;

Culminando com as revisões das convenções coletivas de trabalho do sector, pela mão dos sindicatos dos Quadros Técnicos e dos da UGT.

da apreciação desta revisão laboral, ressaltam prejuízos sérios para os trabalhadores da banca, a eliminação das carreiras profissionais dos trabalhadores da informática, da organização e inspeção.

Acaba com a evolução de nível salarial para todos os trabalhadores do grupo I colocados entre os níveis 4 e 9 por antiguidade.

Foram também eliminadas todas as categorias da cadeia hierárquica das direcções centrais, sofrendo ainda uma considerável desqualificação categorias da rede comercial.

Do ainda denominado ACT do sector bancário a maioria do clausulado aparece completamente alterado para pior, subvertendo direitos em deveres e obrigações, neste comunicado faremos apenas um breve resumo das muitas e profundas alterações agora introduzidas:

no exercício temporário de funções de nível superior; nas transferências; na adaptabilidade; na isenção de horário; no pagamento do trabalho suplementar e no não pagamento do trabalho suplementar; no não pagamento das faltas justificadas e autorizadas; no cálculo dos acréscimos remuneratórios; nas diuturnidades; nas deslocações; no prémio de antiguidade; no horário de trabalho; nos horários de trabalho flexíveis especiais e por turnos; no regime de prestação de trabalho em dia de descanso complementar; nas férias em licença sem retribuição; nas férias seguidas ou interpoladas; na alteração da marcação do período de férias ou do gozo das férias; no efeitos das faltas; na nulidade das sanções; na formação profissional; na higiene, salubridade e segurança; na doença, invalidez e invalidez presumível; na antecipação da reforma; etc.

Estas alterações, para pior, das condições de vida e de trabalho dos bancários, sendo um grande rombo na sua qualidade de vida, aumentando a exploração e o empobrecimento dos trabalhadores, não é por aqui que os banqueiros vão resolver a crise que eles próprios criaram.

De facto as alterações deste clausulado põe na mão dos banqueiros milhões de euros, à custa do aumento da exploração dos trabalhadores da Banca.

Os prejuízos acumulados desde 2011, as apropriações indevidas, as imparidades e as necessidades de recapitalização, poderão constituir valor, porventura superior aos salários auferidos desde sempre pelos trabalhadores bancários em Portugal.

Os bancários comunistas de Lisboa, cientes das dificuldades que o sector atravessa, usam as lições do passado e combatem os autores desta monstruosidade (Sindicato dos Quadros e Técnicos e Sindicatos da UGT) e exigem ainda o controlo público da Banca. É possível reverter este “rombo” na convenção coletiva, mais cedo do que alguns pensam, assim os colegas retirem o seu apoio a quem os traiu e trai.

- **Por um ACT que consagre direitos aos bancários**
- **Pela participação dos trabalhadores bancários no movimento sindical unitário CGTP**
- **Poupanças dos portugueses ao serviço do desenvolvimento**
- **Pelo controlo de gestão e pelo controlo público da banca**

ORGANIZAÇÃO DOS BANCÁRIOS DO PCP

 **DIREITOS
FUTURO**
NÃO À PRECARIIDADE



Organização Regional de Lisboa
do Partido Comunista Português
lisboa.pcp.pt
correio@dorl.pcp.pt



As ajudas do Estado ao sector financeiro atingiram mais de **20 MIL MILHÕES DE EUROS** entre 2008 e 2015.

Em resultado de uma gestão orientada para a especulação e para a alta remuneração do capital acionista, a banca privada e o sistema bancário português já teriam colapsado sem a intervenção do Estado: as ajudas “oferecidas” a este sector, atingiram mais de 20 mil milhões de euros entre 2008 e 2015.

POUPANÇAS DOS PORTUGUESES AO SERVIÇO DA ESPECULAÇÃO

Em caso de respeito pelas poupanças dos portugueses poder-se-ia estimar que os depósitos a prazo fossem superiores a 100 mil milhões de euros. Esta verba geraria cerca de 5.000 milhões de juros anuais o que por sua vez pagaria ao Estado mais de 1.000 milhões de euros.

A partir da crise do Subprime os Banqueiros deixaram de remunerar os depósitos, tentando que os depositantes adquirissem produtos financeiros de risco (especulação) e usando eles próprios essas verbas na especulação.

Também aqui esta apropriação dos rendimentos dos depositantes e mesmo dos eventuais impostos pagos ao Estado, não serviu para capitalizar os bancos. Servindo para gerar dividendos e cobrir riscos da especulação.

CONTROLO PÚBLICO DA BANCA

A Banca privada usa os dinheiros públicos e as poupanças dos Portugueses, não no estímulo à economia e ao desenvolvimento, mas na especulação, como se verificou com o BPP, o BPN, o BES, o BANIF e outros que lhes poderão seguir.

O dinheiro é um bem público. Este bem público não pode estar maioritariamente nas mãos do capital privado mundial, satisfazendo a sua insaciável vontade de acumulação e concentração capitalista, mesmo que isso, sem quaisquer escrúpulos, seja atingido à custa de despedimentos massivos.

Para que a Banca desempenhe o seu papel de motor da economia e do desenvolvimento é indispensável o seu controlo público.